

Ensinar por decreto e por “diálogo”: manuais oratorianos dos meados de Setecentos

Teresa Araújo

Universidade Nova de Lisboa

Email: teresaraujo@fcsh.unl.pt

Data de receção do artigo: 14-03-17

Data de aceitação do artigo: 02-11-17

Resumo

O conjunto dos livros didáticos da Congregação do Oratório publicados em meados do século XVIII constituiu-se a partir do programa pedagógico estabelecido pela determinação régia e pontifícia de 1745 que licenciou a ação dos congregados na educação pública. Contudo, esta literatura escolar também dispõe de uma configuração calculadamente decidida pela Congregação. O modelo diálogo que presidiu à preparação da maior parte dos manuais correspondeu a uma deliberação coerente com a orientação experimental das práticas oratorianas de produção de conhecimento.

Palavras-chave: Diálogo – ensino – Congregação do Oratório – século XVIII.

Abstract

The collection of the schoolbooks of the Congregation of the Oratory published in the mid-eighteenth century was constituted from the pedagogical program established by the royal and papal determination of 1745 that licensed the action of those congregated in public education. However, these manuals also have a configuration calculatedly decided by the Congregation. The dialogue model that led to the preparation of most schoolbooks corresponded to a decision consistent with the experimental orientation of the Congregation practices of the knowledge production.

Keywords: Dialogue – teaching – Congregation of the Oratory – 18th century.

A abordagem aos manuais escolares através do ângulo da relação destes livros com a ideologia dos regimes ou instituições que os promoveram é relativamente recente (Monteiro 2010), pelo que ainda tem sido pouco aplicado à análise crítica da literatura escolar anterior aos séculos XIX-XXI. Apesar disso, já deu resultados fecundos em contextos analíticos que incidem sobre a bibliografia didática de períodos hodiernos. Recordemos a relevância de trabalhos como os de Olga Pinto sobre os manuais do Estado Novo (2014: 336-372), Emilio Castillejo sobre os do Franquismo (2014) e Nurit Peled-Elhanan sobre os coetâneos ao conflito israelo-palestiniano (2012). Todavia, o ponto de focagem também se afigura produtivo no âmbito do exame dos manuais de séculos anteriores, inclusivamente dos que vigoraram em conjunturas políticas menos conturbadas do que as referidas. Estão neste caso os livros e opúsculos publicados pela Congregação do Oratório (para uso nas suas classes) nos cerca de quinze anos imediatos à resolução régia e pontifícia de 1745 que autorizou os clérigos de S. Filipe Néri a ensinar alunos externos ao nível da formação elementar e secundária¹. Observemo-los primeiramente através deste prisma.

Esta literatura escolar, cujo inventário devemos em boa medida a António Alberto Banha de Andrade (1965: 260-272; 1981: 34-69), dispõe de um evidente nexos ontológico com o privilégio atribuído à Congregação para reger “quatro classes de ensino: a primeira de Doutrina Christãa, ler, escrever e contar; a segunda de Gramatica e Rethorica; a terceira de Theologia Moral e a quarta de Philozophia” (*apud* Andrade 1965: 260). Como dizia, foi publicada na imediata sequência do Decreto e o leque das suas matérias corresponde ao desenvolvimento das prescrições do programa pedagógico definidas na licença. A compaginação permitiu a Banha de Andrade gizar uma reconstituição das disciplinas oratorianas das “quatro classes” previstas no documento régio (Andrade 1981: 34 e ss.), mas para confirmar o vínculo basta atender a uma simples relação lacunar dos títulos deste conjunto editado em 1745-1760: *Exercicios de gramática latina e portuguesa* (*Exercicios* 1748; Figueiredo 1751), usuais para o estudo do latim (Monteiro 1746, Figueiredo 1752 e 1753; Pereira, 1754), *Instrucção de Principiantes*²,

¹ O final deste período pouco antecede as dissensões políticas do Marquês de Pombal com a Congregação do Oratório (Andrade 1981: 66-67; Santos 2003).

² Leio pela impressão de 1780, por não se encontrar atualmente localizado nenhum exemplar da edição *princeps* (*Instrucção* 1750). Segundo o *Diccionario Bibliographico*

que inclui ensinamentos de geografia e história de Portugal, volumes dedicados à doutrina e história sagradas (*Dialogo da Historia Sagrada*, 1752; *Dialogo sobre os Concilios*, 1751) e da Antiguidade (*Dialogo da Historia Grega*, 1751; *Dialogo da Historia Romana*, 1751), um livro sobre autores latinos *Com o Juizo Critico das suas Obras, Idades, Estylos e Impressoens* (Figueiredo 1760), o *Dialogo da Esfera Celeste, e Terrestre* (1751) e os cursos de filosofia do Pe. João Baptista (1748).

Cruza-se esta correspondência com os elos entre a orientação dos manuais e o pensamento doutrinário predominante nos meados de Setecentos, como evidencia a transferência didática de dois tópicos de conhecimento constitutivos do programa pedagógico. Por um lado, o tema da Restauração da independência exposto na *Instrucção de Principiantes*, assunto que dispunha de abundante e não menos polêmica literatura política desde 1640 (Torgal 1989: 43-68); por outro, a concepção geocêntrica desenvolvida no *Dialogo da Esfera Celeste, e Terrestre*, sistema cosmológico com uma bibliografia e controvérsias igualmente profusas, como se verá (necessariamente, de forma parcial).

Nas lições do manual para *Principiantes*, nomeadamente na narrativa sobre os reinados filipinos e as duas governações régias subsequentes (*Instrucção* 1780: 245-317), o assunto é explicado de acordo com a perspetiva favorável à independência, mas o relato histórico não se limita a ensinar a História desse período segundo a interpretação legitimista. Supera esta postura, reconfigurando os acontecimentos do passado no sentido de uma pedagogia vocacionada para a formação do sentimento patriótico dos súbditos (dos estudantes) centrado na pessoa do rei legítimo e para a educação em prol da centralização do poder do regime absolutista e do despotismo iluminado entendida como garantia da liberdade e da independência.

Com o primeiro escopo, é descrito o repúdio público e a comoção geral do povo de Lisboa à chegada do primeiro monarca filipino de Portugal à cidade: “Concluidas as Cortes, entrou ElRey em Lisboa com desgosto dos seus moradores [...]. Observou-se que em hum tão numeroso povo não houve huma só pessoa, que o aclamas-

Portuguez, a diferença entre a primeira edição e a que consulto reside na abrangência dos reinados incluídos: enquanto esta última engloba o de D. Maria I, a de 1750 termina no de D. José (Silva 1859: 228).

se, ou dêsse sinal algum de alegria" (*Instrução* 1780: 251). Como correlato a esta rejeição popular, é permanentemente sublinhada quer a resistência de sessenta anos da Casa de Bragança, quer a legitimidade do epílogo desta reação que é descrito com evidente traço de persuasão iluminista baseada nos imperativos da justiça, da verdade e da razão: "Deste modo ficou o direito da Serenisima Casa de Bragança opprimido, mas não extincto, e se foi conservando nos seus successores, até chegar o tempo em que triunfando a verdade da injustiça, da violência a razão, se lhe restituiu a Coroa" (*Instrução* 1780: 291). O mesmo intuito preside ainda à narrativa dos sucessos das guerras da Restauração que – faz notar – foram alcançados pela aliança da bravura dos súbditos com a energia da coroa. Sublinha que estes triunfos só não tinham paralelo na vida da corte de D. Afonso VI, por o inimigo pretender instalar a discórdia e a divisão no âmago da governação bragantina com o intuito de arruinar a independência conquistada. Como é notório, esta ideia atribuía a Espanha a responsabilidade pelo clima político de desconfiança e incerteza no reinado de Afonso VI, mas visava sobretudo educar para o absolutismo régio do período de composição do manual ao mostrar os riscos da falta de centralismo político:

Estas, e outras victorias [...] dêrão a ElRey D. Affonso o titulo de victorioso. Fora certamente incomparavel o Reinado deste Principe, se na Corte se experimentassem as mesmas felicidades, que na campanha. Porém havia nella tantas desordens [...], porque os Castelhanos aproveitando-se da ocasião, procuravam introduzir [...] huma guerra civil, para que os mesmos Portuguezes fossem o instrumento da sua ruina. (*Instrução* 1780: 313-314)

O *Dialogo da Esfera Celeste, e Terrestre*, por seu lado, não baseou as suas lições no sistema coperniciano desenvolvido por Galileu e Kepler, cuja legitimidade era ainda na época refutada pela dogmática da Igreja (Carvalho 1985: 21-22), mas no de Tycho Brahe que não asseverava o heliocentrismo.

[D]ebaixo das estrelas fixas o primeiro Planeta he Saturno, o segundo mais abaixo he Jupiter, o terceiro he Marte, o quarto Venus, o quinto Mercurio; estes cinco fazem os seus movimentos proprios á roda do Sol, tendo o Sol por centro dos taes movimentos, e o Sol faz os seus movimentos á roda da terra, como tambem da Lua, que he o setimo Planeta, e o que esta mais chegado a nos. (*Dialogo da Esfera* 1751: 25)

A orientação científica do manual não procedia do desconhecimento do modelo de Copérnico em Portugal. O sistema fora debatido logo nos inícios do século anterior, por exemplo, na fervilhante “Aula da Esfera”, com uma argumentação científica bastante informada e atualizada, a par das hipóteses cosmológicas de Ptolomeu e Tycho Brahe, conforme mostrou Henrique Leitão no seu estudo sobre os manuscritos dos professores da classe do Colégio de Santo Antão que se conservam na Biblioteca Nacional (Leitão 2008: 27-44). A opção científica resultou, sim, dos imperativos da ortodoxia dominante.

É certo que não reverberou uma contestação ao sistema semelhante à das *Cartas, em que se dá notícia da origem, e progresso das sciências* (Barbosa 1753), com as quais Rómulo de Carvalho exemplificou a impugnação extreme do modelo em pleno século XVIII (Carvalho 1985: 21-22). Mas também não o expôs paralelamente aos outros dois sistemas cosmológicos, inversamente ao que fizera Luís Caetano de Lima, poucos anos antes, na descrição “Dos Systemas mais principaes” na *Geografia Historica de Todos os Estados Soberanos da Europa* (Lima 1734: 131-155), “segundo a fórmula clássica de apresentação do sistema e argumentos pró e contra”, como fez notar Maria da Conceição Ruivo (2006: 38). Tão pouco enveredou pela linha da “física teológica” que tendia a harmonizar a nova visão coperniciana com as posições da Igreja, como explicou Pedro Calafate na sua leitura crítica do texto posterior de outro oratoriano, Teodoro de Almeida, da *Recreação Filosofica ou Dialogo Sobre a Filosofia Natural* (Calafate, 1994: 54-56). O *Dialogo da Esfera Celeste, e Terrestre* optou pela exposição única da perspetiva do astrónomo dinamarquês – ratificada, aliás, na “Aula da Esfera” (Leitão 2008: 44) –, provavelmente atendendo a que nem a exposição crítica sequencial dos sistemas cosmológicos, nem o debate teológico em torno do modelo copernicano eram adequados ao ensino elementar dos jovens escolares das classes da Congregação a quem o manual era dirigido. Appropriada era a formação de base doutrinária.

Face ao que ficou exposto, entrevê-se que a leitura destes compêndios pelo ângulo das suas conexões com a respetiva moldura ideológica favorece a interpretação crítica desta literatura. Através dele, as concepções dos manuais oratorianos podem ser equacionadas não só no horizonte da ideologia e da doutrina dominantes, mas também no das complexas relações no século XVIII entre elites

intelectuais, poder e novos quadros científicos (Araújo 2014b e Calafate 2002).

Não obstante esta perspectiva, a literatura pedagógica em referência sugere um outro ponto de abordagem, a partir do qual o conjunto sobrevém com o selo particular da Congregação que a lançou. Desde logo, pela inscrição, nas folhas de rosto dos compêndios, do domínio da utilização dos volumes, *para uso das escolas da Congregação do Oratorio*. Considerando que a Companhia de Jesus já anteriormente dispunha de colégios de formação preparatória dos estudos superiores, a indicação sobressai com redobrada intencionalidade cancelar. No mesmo sentido se pode perspetivar a lacuna frontispicial do nome dos responsáveis diretos pela preparação de boa parte dos manuais que foram publicados nos anos imediatos ao início das classes no edifício das Necessidades em 1750 (Andrade 1965: 260-272; Andrade 1981: 34-69). Ao ser omitido o autor individual destes compêndios, era declarada implicitamente a autoria da Congregação. Realmente, a falta não escondeu, nem sequer aos vindouros, alguns dos autores (todos oratorianos) dos respetivos livros e folhetos, sendo aceite pela crítica que entre eles esteve, por exemplo, o notável homem de ciência padre João Chevalier (Reis, Tirapicos 2006). Todavia, a anonímia individual fez certamente ressaltar a autoria institucional dos livros e folhetos.

Se a indicação e ou a lacuna tendem a fazer intuir um propósito de expressão da alçada e génese oratorianas dos compêndios e, naturalmente, uma atenta regulação por parte dos superiores de S. Filipe Néri na elaboração dos livros e opúsculos, é também como efeito desta direção institucional que pode ser entendido o facto de vários manuais (sobretudo os que tiveram edição *princeps* no biénio 1751-52 e em 1760) apresentarem um paradigma comum, refletido nos próprios títulos. Provavelmente por escolha da Congregação ou, pelo menos, sob a sua aprovação, foram elaborados e intitulados a partir do esquema dialógico já então canonizado como género³ os *Dialogo da História Romana* (1751), *Dialogo da História Grega* (1751), *Dialogo sobre o Estado Presente dos Príncipes da Europa* (1751), *Dialogo da Esfera Celeste, e Terrestre* (1751) *Dialogo sobre os Concílios Geraes da Igreja* (1751), *Dialogo da História Sagrada, da*

³ Não discuto, neste momento, questões de definição genológica e terminológica, ancorando-me na perspectiva do mais atualizado inventário de diálogos portugueses (Alpalhão e Dias 2016). Chamo, contudo, a atenção para o significativo contributo português para questões de natureza teórica (Nascimento 2011).

Criação do Mundo ate ao fim do Primeiro Seculo Christam (1752) e *Dialogo Sobre os Autores da Lingua Latina, com o juizo critico das suas obras, idades estylos e impressoens* (Pereira 1760).

O modelo deste conjunto foi igualmente utilizado, embora de forma não exclusiva, na preparação de outros compêndios oratorianos que apresentam uma estrutura compósita e um título sem a denominação *Dialogo*. A extensão da prática demonstra o entendimento oratoriano da eficácia pragmática do esquema, encontrando-se nela incluído o citado manual anterior a este núcleo, *Instrução de Principiantes*, cujo título provavelmente não obteve a designação comum dos seguintes em virtude do ecletismo da sua organização. O livro é formado por capítulos descritivos sobre a geografia portuguesa e os reinados dos seus monarcas e, entre os apartados, conta com séries mais ou menos extensas de conversação (em perguntas-respostas) entre um professor e um aluno implícitos (ficcionalis) que sintetizam os assuntos precedentes em ordem à revisão (ao “Exame”, segundo os respetivos paratextos) dos conhecimentos expostos.

A integração do modelo em estruturas heterogêneas verifica-se igualmente, por exemplo, na ampliação dos *Exercícios da Lingua Latina e Portugueza* (1751) contemporânea ao grupo dos mencionados *Dialogo*. Observe-se, por exemplo, a parte em língua nacional do “§. XXI. Quando o Mestre pergunta os modos de fazer hum cumprimento em latim” (*Exercícios* 1751: 21). Nela, são indicadas as “[p]essoas que fallão: Mestre, Antonio, João e Pedro discipulos” (*ibidem*) – ao modo das listas de personagens que antecediam os textos de teatro da época – e seguidamente surge o respetivo colóquio que não é desprovido dos traços argumentativos do género diálogo:

Mest[re]. Como has de cumprimentar a huma pessoa, que vai para huma jornada.

Ant[ónio]. Deste modo: faça v[ossa] m[mercê] muito boa, e muito feliz jornada.

Mest[re]. Venha de outro modo.

Ant[ónio]. Deos queira, que v[ossa] m[ercê] volte são e salvo: feliz e prospera jornada lhe suceda. O Anjo do Senhor guarde e acompanhe a v. m. neste caminho (*ibidem*).

Na verdade, a aplicação do modelo por parte dos oratorianos excedeu esta dúplice prática realizada no âmbito da literatura estri-

tamente escolar, encontrando-se igualmente explícita na estrutura integralmente dialógica de obras dirigidas a um público mais vasto, como a dos volumes da mencionada *Recriação Filosófica ou Dialogo sobre Filosofia Natural*, dedicados expressamente à *instrução de pessoas curiosas, que não frequentaram as aulas*, e os *Princípios da Historia Ecclesiastica escritos em forma de dialogo* (Figueiredo 1765) sem a indicação de se destinarem às classes do Oratório. Pouco surpreende, já que o paradigma se adequava às práticas intelectuais e pedagógicas da Ilustração (Hesse *et al.* 1995: 72) – e, neste sentido, obteve uma fortuna (não só oratoriana), em Portugal, que superou toda a anterior. Vejamos inclusivamente que o mencionado catálogo dos diálogos portugueses registou cento e sessenta e seis entradas relativas a publicações até 1700 e cento e oitenta e cinco respeitantes a edições entre 1701 e 1800 (Alpalhão, Dias 2016). Concentremo-nos porém na série composta para *uso das escolas da Congregação*, com vista a uma aproximação ao significado da transferência didática oratoriana do paradigma⁴.

À constituição dialógica desses manuais esteve subjacente o conhecimento da histórica utilização pedagógica do modelo, como revela o “Prologo” do *Dialogo Sobre os Autores da Lingua Latina* (Pereira 1760: pp. sem numeração), ao conduzir a legitimação do paradigma pelo campo das autoridades modernas e da Antiguidade que promoveram a canonização do molde. Estas referências modelares mereceram uma menção indefinida, não tanto (como seria presumível) pelo seu estatuto de alusões consabidas neste século de apreço pelo diálogo ou por o compêndio se destinar a jovens estudantes, mas por uma iniciativa retórica calculada a favor da legitimação do modelo e do compêndio. Com efeito, a imprecisão da referência permitiu totalizar o mérito do diálogo através da ideia de valor absoluto de todas as práticas sem exceção. O benefício e a conveniência comprovados eram então fundamento para o modelo ser replicado, inclusivamente de forma original, e garantir a eficácia do manual:

Na formação deste Dialogo não me liguei a Escritor algum determinado; mas valendo-me das Ideas, que a frequente lição de tantos Autores antigos, e modernos me infundio, expuz o meu juizo de modo, que ainda nos pontos, em que me aparto das opiniões commuas, me parece proceder com toda a

⁴ O estudo, atualmente em curso, será publicado em momento ulterior.

circumspecção, e segurança, que pede hum Tratado Critic. (Pereira 1760: pp. sem numeração)

Apesar da imprecisão intencional do argumento, terá estado entre as coordenadas do núcleo dos *Dialogo* a obra atribuída ao Abade Morvan de Bellegarde pouco antes traduzida em dupla edição com um título que encontraria ecos imediatos no *Dialogo da Historia Romana* (1751), *Historia Romana por perguntas e respostas, desde a fundação de Roma até o presente* (Costa 1743 e 1746). Mas também deve ter figurado, entre outras, a conceptualização do género elaborada por Rafael Bluteau no seu *Vocabulario Portuguez & Latino* (1713: 206). Nesta obra que articula o pendor lexicográfico com o metaliterário, o diálogo “he pratica entre duas, ou mais pessoas: ou he fala, que consta de perguntas, e respostas”, sendo igualmente definido pela menção a figuras maiores que o cultivaram, Anaxímenes, Luciano, Gregório Magno e, nas letras portuguesas, Pedro de Mariz (*ibidem*). Bluteau fazia apoiar o paradigma na Antiguidade, designadamente através da referência latina que hoje consideramos fundadora da vertente satírica do cânone dialógico, mas assentava-o igualmente noutras duas obras bastante posteriores com conteúdos que coincidiam com temas fundamentais do programa de ensino oratoriano – matérias de natureza religiosa e histórica. Por um lado, os quatro livros de Gregório Magno ou a ele atribuídos (Dias 1996) intitulados *Diálogos* (*vide* Frade 2011), que consistem numa extensa série de perguntas-respostas ficcionais entre Gregório e o diácono Pedro, através das quais o primeiro explica assuntos bíblicos por atualização e exemplificação, auxiliado retoricamente pelas interrogações de Pedro. Por outro, os *Dialogos de Varia Historia* de Pedro de Mariz (1598), no qual cinco demorados “Dialogos” refazem de forma encomiástica a biografia dos reis de Portugal até à data da sua publicação, através do colóquio entre um estudante português (o qual profere a exaltação) e um peregrino italiano. O louvor dos reinados filipinos *de Varia Historia* não teve fortuna na literatura escolar oratoriana, como se viu, mas Bluteau e as suas próprias menções, assim como os diálogos franceses – estes, em virtude das fontes francófonas do pensamento oratoriano (Andrade 1981: 409) –, como o do Abade Morvan de Bellegarde, não terão estado ausentes do horizonte de referências da Congregação.

Mas como compreender a preferência pelo modelo concretizada num número tão significativo de manuais-*Dialogo*? Uma das vertentes interpretativas consiste no aprofundamento crítico da ade-

quação das faculdades do paradigma⁵ que foram valorizadas pelo Iluminismo (Hesse *et al.* 1995: 72) à consabida orientação dos religiosos de S. Filipe Néri, bem como à sua conhecida responsabilidade pela abertura do pensamento português à filosofia de base cartesiana e à física experimental⁶. A iniciativa analítica requer o cruzamento dos estudos especializados da prática ilustrada do género que, como faz notar a introdução ao referido catálogo de diálogos portugueses (Alpalhão, Dias 2016), se encontram ainda em desenvolvimento, e do exame detalhado dos compêndios em referência. Através desta articulação metodológica e crítica, torna-se desde já evidente que a opção se baseou na percepção oratoriana de que o esquema dialógico favorecia a inteligibilidade dos assuntos, na medida em que fomentava o progresso do raciocínio por modo interlocutório e colaborativo, promovendo-a igualmente pela vivacidade própria do seu discurso. Observemos este entendimento refletido no seguinte excerto do *Dialogo Sobre os Autores da Lingua Latina*:

P. Reparo que não contastes entre os Poetas a Cecilio, Pacuvio [...]; nem entre os Historiadores a Celio, Sifenna, Fannio [...] e outros mencionados por Vossio nos seus livros de *Historicis & Poetis Latinis*.

R. Por tres razoes passei em silencio a huns, e outros. Primeira: porque de todos estes Autores só existem alguns retalhos, ou fragmentos, que nos conservou a diligencia dos antigos Grammaticos. Segunda: porque ainda que todos tiverão bastante engenho para discorrer, e julgar bem das couzas, a quasi todos faltou a elegancia, cultura, e suavidade de estylo. Terceyra: porque ainda os mesmos Romanos foi mal reputada de muitos, como a de Cecilio, e Pacuvio, os quaes Cicero claramente chama *maos latinos*. Sejaõ pois de ouro estes Fragmentos, mas de ouro que tem misturadas muitas fezes, e muita escoria: para que entendamos, não merecem estes escritores maior veneraçãõ, que a que lograõ entre nós pela sua antiguidade nas moedas, que já não correm. (Pereira 1760: 3-4)

Por outro lado, é igualmente presumível que a preferência dos oratorianos, que então introduziam e faziam uso do método experimental, respondeu a uma noção de conformidade do esquema

⁵ Para o aprofundamento teórico do género, veja-se, entre outros – além do já mencionado contributo português (Nascimento 2011) –, “Interlocución y estructura de la argumentación en el diálogo: algunos caminos para una poética del género” (Vian Herrero 2001).

⁶ Como dizia, o estudo encontra-se em fase de desenvolvimento.

dialógico ao processo de conhecimento científico e consequentemente da sua comunicação, em particular, da sua transferência didática. Há quase vinte anos, o químico físico Martínez Torres fazia notar no seu estudo “El diálogo, un género literario olvidado en la enseñanza de las ciencias”, afirmando que o modelo espelha a racionalidade, a dialética e a objetividade do processo científico do conhecimento (1999: 334) e que essa reflexão o faz (e o fez historicamente) “ser un vehículo más eficaz para divulgar los conocimientos de cualquier disciplina que los convencionales tratados científicos” (*ibidem*). É provável que os oratorianos tivessem formulado idêntico juízo. Por um lado, percebido que estrutura do colóquio corresponde, de certo modo, à transposição discursiva do método que produz conhecimento através das dinâmicas da observação, da revisão das ideias prévias e da formulação de hipóteses seguidamente validadas pela experimentação – sendo por isso “el lugar natural donde utilizar experimentos mentales” (Martínez Torres 1999: 335). Por outro, que a agilidade discursiva, a lógica heurística e a energia persuasiva do género o dotam de especiais faculdades de pragmática pedagógica. Em todo o caso, a conclusão do estudo em desenvolvimento, o precisará.

Bibliografia

- Adão (1997): Áurea Adão, *Estado Absoluto e Ensino das Primeiras Letras: As Escolas Régias (1772-1794)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Alpalhão, Dias (2016): Margarida Santos Alpalhão e Isabel Barros Dias, “Diálogos portugueses: contributo para um catálogo (Idade Média-Ilustração)”, *eHumanista* 33: 457-518. Disponível em <http://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes/33> [último acesso, 10/03/2017].
- Andrade (1965): António Alberto [Banha] de Andrade, *Vernei e a Cultura do seu Tempo*, Coimbra, Por Ordem da Universidade.
- Andrade (1981): António Alberto Banha de Andrade, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771). Contribuição para a História da Pedagogia em Portugal*, I. *A Reforma*, 1.ª Parte, Coimbra, Por Ordem da Universidade.
- Araújo (2014a): Ana Cristina Araújo (coord.), *O Marquês de Pombal e a Universidade*, 2.ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Araújo (2014b): Ana Cristina Araújo, "Cultivar a razão, educar e civilizar os povos: a filosofia das Luzes no mundo português", *Revista de História Regional* 19(2), pp. 263-281. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr> [último acesso em 10/03/2017].
- Baptista (1748): João Baptista, *Philosophia Aristotelica Retituta et Illustrata Quà Experimentis Quà Ratiociniis Nuper Inventis*, 2 vols., Ulyssipone, Typis Regalibus Sylvianis.
- Barbosa (1753): João Mendes Sacchetti, *Cartas, em que se da notícia da origem, e progresso das sciencias, escritas ao Doutor José da Costa Leitão por hum seu amigo e dadas a luz pelo mesmo para utilidade dos curiosos*, Lisboa, Off. de Miguel Manescal da Costa.
- Calafate (1994): Pedro Calafate, *A Ideia de Natureza no Século XVIII em Portugal: 1740-1800*, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda.
- Calafate (2002): Pedro Calafate (org.), *História do Pensamento Filosófico Português*, III. *As luzes*, [Lisboa], Círculo de Leitores.
- Carvalho (1963): Rómulo de Carvalho, *Sobre os Compêndios Universitários exigidos pela Reforma Pombalina*, Figueira da Foz, Separata da *Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, N.º. 9.
- Carvalho (1985): Rómulo de Carvalho, *A Astronomia em Portugal no Século XVIII*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Castillejo (2014): Emilio Castillejo Cambra, *Mito, legitimación y violencia simbólica en los manuales escolares de historia del franquismo (1936-1975)*, Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia.
- Costa (1743): Manuel Pereyra da Costa, *História Romana por perguntas e respostas, desde a fundação de Roma até o presente, traduzida do francês*, Parte 1.ª, Lisboa, Off. de Antonio Isidoro da Fonseca.
- Dialogo da Esfera* (1751): *Dialogo da Esfera Celeste, e Terrestre para o uso das Escolas da Congregaçam do Oratorio na Real Casa de N.ª Senhora das Necessidades ordenado pela mesma Congregaçam*, Lisboa, Na Officina de Miguel Rodrigues.
- Dialogo da Historia Grega* (1751): *Dialogo da Historia Grega para o uso das Escolas da Congregaçam do Oratorio na Real Casa de*

- N^a Senhora das Necessidades ordenado pela mesma Congregação*, Lisboa, Na Oficina de Miguel Rodrigues.
- Dialogo da Historia Romana* (1751): *Dialogo da Historia Romana para o uso das Escolas da Congregaçam do Oratorio na Real Casa de N^a Senhora das Necessidades ordenado pela mesma Congregação*, Lisboa, Na Oficina de Miguel Rodrigues.
- Dialogo de Historia Sagrada* (1752): *Dialogo de Historia Sagrada, da Criação do Mundo ate ao fim do primeiro seculo christão para o uso das Escolas da Congregaçam do Oratorio na Real Casa de N^a Senhora das Necessidades ordenado pela mesma Congregação*, Lisboa, Offi. de Miguel Rodrigues.
- Dialogo sobre os Concilios* (1751): *Dialogos Sobre os Concilios Geraes da Igreja para o uso das Escolas da Congregaçam do Oratorio na Real Casa de N^a Senhora das Necessidades ordenado pela mesma Congregação*, Lisboa, Na Oficina de Miguel Rodrigues.
- Dias (1996): Gerardo Coelho Dias, OSB, "Hagiografia e Iconografia Beneditina. Os «Diálogos» do Papa S. Gregório Magno", *Via spiritus*, 3, pp. 7-24.
- Exercicios* (1748): *Exercicios da Lingua Latina e Portugueza para uso das escolas da Congregação do Oratorio*, Lisboa, Offi. de Miguel Rodrigues.
- Figueiredo (1751): Pe. António Pereira de Figueiredo, *Exercicios da Lingua Latina e Portugueza acerca de diversas cousas para uso das escolas da Congregação do Oratorio*, Lisboa, Offi. de Miguel Rodrigues.
- Figueiredo (1752 e 1753): Pe. António Pereira de Figueiredo, *Novo Methodo da Grammatica Latina, para uso das Escolas da Congregação do Oratorio, ordenado e composto pela mesma Congregação*, Primeira e Segunda Partes, Lisboa, Offi. de Miguel Rodrigues.
- Frade (2011): Mafalda Frade (coord.), "Diálogos de S. Gregório", in *Scrinium. Traduções Medievais Portuguesas (e de pendor humanista)*, Lisboa, Centro de Linguística da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <http://www.scrinium.pt/pt/pt-018> [último acesso em 10/03/2017].
- Hesse *et al.* (1995): Reiner Hess, Gustave Siebenmann, Mireille

- Frauenrath, Tilberdt D. Stegmann, *Diccionario terminológico de las literaturas románicas*, version española de José-M.^a Díaz Regañón López, Madrid, Gredos.
- Instrução de Principiantes* (1780): *Instrucção de Principiantes, e Novo Methodo de se aprenderem as primeiras letras para uso das Escolas da Congregação do Oratorio na casa de N. Senhora das Necessidades ordenado pela mesma Congregação*, Lisboa, Na Regia Officina Typographica (1.^a ed. Lisboa, Offi. de Miguel Rodrigues, 1750).
- Leitão (2008): Henrique Leitão, “O debate cosmológico na «Aula da Esfera» do Colégio de Santo Antão”, in Henrique Leitão (comissário científico), *Sphaera Mundi. A Ciência na «Aula da Esfera»: manuscritos científicos do Colégio de Santo Antão nas colecções da BNP*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, pp. 27-44.
- Lima 1734: Luis Caetano Lima, *Geografia Historica de Todos os Estados Soberanos da Europa, Com as Mudanças que houve nos seus domínios [...]*, I, Lisboa Occidental, Off. de Joseph Antonio da Sylva.
- Mariz (1598): Pedro de Mariz, *Dialogos de Varia Historia: em que su[m]mariamente se referem myttas cousas antigvas de Hespanha [...]* Coimbra, na Officina de Antonio de Mariz.
- Martínez Torres (1999): E[milio] Martínez Torres, “El diálogo, un género literario olvidado en la enseñanza de las ciencias”, *Enseñanza de las ciencias. Revista de investigación y experiencias didácticas*, 17 (2), 333-341. Disponível em <http://www.raco.cat/index.php/Ensenanza/article/view/21584> [último acesso em 10/03/2017].
- Monteiro (1746): Pe. Manuel Monteiro, *Novo Methodo para se aprender a Grammatica Latina, ordenado para uso das Escolas da Congregação do Oratorio*, Parte Primeira, Lisboa, Offi. de Francisco da Silva.
- Monteiro (2010): Augusto José Monteiro, “A (Re)valorização de Outras Fontes Históricas – a Problemática dos Manuais Escolares”, in Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.), *Outros Combates pela História*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 343-379.

- Nascimento 2011: Maria Teresa Nascimento, *O Diálogo na Literatura Portuguesa: Renascimento e Maneirismo*, Lisboa, Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos.
- Peled-Elhanan (2012): Nurit Peled-Elhanan, *Palestine in Israeli School Books: Ideology and Propaganda in Education*, London, New York, IB Tauris, 2012.
- Pereira (1754): Pe. António Pereira, *Colecção de Palavras Familiares Assim Portuguezas como Latinas para o uso das Escolas da Congregaçam do Oratório*, Lisboa, Offi. de Miguel Rodrigues.
- Pereira (1760): Pe. António Pereira, *Dialogo sobre os Autores da Lingua Latina, com o Juizo Critico das suas Obras, Idades, Estylos, e Impressoens*, para o uso das escolas da Congregaçã do Oratorio, Lisboa, Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real.
- Pinto (2014): Olga Maria Pereira Ribeiro Martins Pinto, “Manuais Escolares”, in *Educação e Ideologia. Portugal, Pátria de Heróis: a Figura Histórica em Contexto Educativo (1926-1974)*, I, Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, pp. 336-372.
- Reis, Tirapicos (2006): Fernando Reis e Luís Tirapicos, “João Chevalier (1722-1801)” in Nuno Crato (coord.), *Ciência em Portugal. Personagens e Episódios*, Centro Virtual Camões, disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p56.html> [último acesso em 10/03/2017].
- Ruivo (2006): Maria da Conceição Ruivo, “A Física na Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra”, in João Rui Pita (coord.), *Ciência e Experiência. Formação de Médicos, Boticários, Naturalistas e Matemáticos*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 33-50.
- Santos (2003): Eugénio dos Santos, “Pombal e os Oratorianos”, *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, n.º 15-16, Janeiro-Junho, p.75-86. Disponível em <http://hdl.handle.net/10216/20371> [último acesso em 10/03/2017].
- Silva (1859): Innocencio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brazil*, III, Lisboa, Na Imprensa Nacional, p. 228.

Torgal (1989): Luís Reis Torgal, *História e Ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva.

Vian Herrero 2001: Ana Vian Herrero, "Interlocución y estructura de la argumentación en el diálogo: algunos caminos para una poética del género", *Criticón*, pp. 157-190. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=237175> [ultimo acceso, 10/03/2017]